

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.881 - SP (2019/0353455-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : PAULO MARTINS CASON
ADVOGADO : PAULO MARTINS CASON - SP391732
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WILLIAN FEITOZA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de WILLIAN FEITOZA DA SILVA, em face do acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fls. 87/88):

1. O presente habeas corpus foi impetrado pelo advogado Paulo Martins Cason em benefício de Willian Feitoza da Silva, sob a alegação de que o paciente está a sofrer constrangimento ilegal em virtude de ato praticado pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da comarca de Ribeirão Preto.

O paciente foi preso em flagrante em 5 de agosto de 2019 por suposta prática dos delitos previstos nos artigos 180, §§ 1º e 2º e 311 caput, ambos do Código Penal, e artigo 244-B caput da Lei nº 8.069/90, na forma dos artigos 29 caput e 69 caput, ambos do Código Penal.

O Juízo a quo converteu o flagrante em prisão preventiva.

Sustenta a impetração, em síntese, que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente carece de fundamentação concreta, o que fere o disposto no artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal. Alega, ainda, que não se encontram presentes os requisitos da custódia cautelar, ressaltando que o paciente é primário, possui bons antecedentes e residência fixa, sendo cabível a aplicação de medidas cautelares diversas, cuja insuficiência não restou demonstrada. Argumenta que o paciente não praticou o delito que lhe é imputado, e que se encontrava no local realizando serviço de ajudante de mecânico, pelo qual receberia a quantia de R\$ 50,00, desconhecendo a origem ilícita da motocicleta. Ademais, não há indícios de que, em liberdade, o paciente cometerá novo delito ou frustrará a aplicação da lei penal. Aduz que a prisão é medida excepcional e, tal como decretada, fere o princípio da presunção de inocência e caracteriza antecipação de pena. Requer, por tais motivos, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva decretada ou, alternativamente, que sejam fixadas medidas cautelares diversas do cárcere.

A medida liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas pela Autoridade apontada coatora.

A douta Procuradoria Geral de Justiça, em parecer de lavra do Dr. JOSÉ MANOEL MENDES CASTANHO, manifestou-se pela denegação da ordem.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 5/8/2019 e teve sua prisão convertida em preventiva no dia 6/8/2019, sendo denunciado pela

Superior Tribunal de Justiça

prática do crime descrito no art. 180, §§ 1º e 2º (fato 01), art. 311, *caput* (fato 02 – 2x), ambos do Código Penal, e art. 244-B, *caput*, da Lei 8.069/90 (fato 03), na forma dos arts. 29, *caput*, e 69, *caput*, ambos do Código Penal.

Sustenta o impetrante, em síntese, ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva.

Aduz, ainda, que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Na origem, o processo n. 1502000-94.2019.8.26.0530 encontra-se na fase de instrução com audiência de instrução designada para o dia 15/1/2020, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 26/11/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta do decreto de prisão preventiva (fls. 31/32):

1. Flagrante formalmente em ordem. 2. Não vislumbro possibilidade, por ora, de concessão da liberdade provisória, com ou sem fiança, tampouco de substituição da prisão pelas medidas cautelares introduzidas pela Lei n. 12.403/11. Há de ser mantida a prisão cautelar. Com efeito, o fato em tese é típico; além disso, há indícios suficientes de materialidade e de autoria por parte dos investigados. Vale ressaltar que os crimes contra o patrimônio colocam em constante desassossego a sociedade, estando, pois, presente o fundamento da garantia da ordem pública, autorizador da decretação da prisão cautelar. Como os agentes não têm emprego regular devidamente comprovado, certamente em liberdade voltarão à prática criminosa. Em relação a SILVIO CESAR JOSE JUNIOR, trata-se de agente reincidente em crimes contra o patrimônio, além de ostentar inúmeros atos infracionais, inclusive, roubo. Vê-se, portanto, que o indiciado está profundamente envolvido na prática de crimes, representando risco concreto à ordem pública. Nestes termos, a custódia cautelar, a despeito da primariedade, justifica-se para resguardar a ordem pública. Quanto a CELSO HENRIQUE MACHADO GOMES responde por crime contra o patrimônio, além de ostentar inúmeros atos infracionais. Vê-se, portanto, que o indiciado está profundamente envolvido na prática de crimes, representando risco concreto à

Superior Tribunal de Justiça

ordem pública. Nestes termos, a custódia cautelar, a despeito da primariedade, justifica-se para resguardar a ordem pública. No que tange a JHON WILLIAM DA ROCHA SILVA, embora seja primário, a folha de atos infracionais é extensa, contando, conforme se vê, com reiterados atos infracionais, dentre os quais tráfico de drogas. Vê-se, portanto, que o indiciado está profundamente envolvido na prática de crimes, representando risco concreto à ordem pública. Nestes termos, a custódia cautelar, a despeito da primariedade, justifica-se para resguardar a ordem pública. Além disso, o autuado é o responsável por ter cedido o lugar para a prática dos crimes, tendo total domínio do fato. **No que se refere a WILLIAN FEITOZA DA SILVA, embora seja primário, foi preso em flagrante pela suposta prática de receptação, associação criminosa e corrupção de menores**, o que evidencia que o indiciado está profundamente envolvido na prática de crimes, representando risco concreto à ordem pública. Nestes termos, a custódia cautelar, a despeito da primariedade, justifica-se para resguardar a ordem pública. Presente, ademais, o requisito da conveniência da instrução criminal, considerando a possibilidade de interferência na produção da prova caso respondam a eventual processo em liberdade. Forte nessas considerações, converto a prisão em flagrante em preventiva dos investigados.

Como se vê, consta na decisão de prisão circunstância fática que demonstra a gravidade concreta do crime, evidenciada na participação de menor no crime e na reiteração delitiva em razão da associação criminosa, visto que *preso em flagrante pela suposta prática de receptação, associação criminosa e corrupção de menores*.

Esta Corte tem compreendido que a prática do delito com envolvimento de adolescente constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 312.760/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Jorge Mussi – DJe 25/05/2015; RHC n. 38.586/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 23/08/2013 e HC N. 438.685 – 6ª T. – unânime – de minha relatoria.

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A

Superior Tribunal de Justiça

esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Abra-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

